

# **A.R. Colombo Administração e Participações S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da A.R. Colombo Administração e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pela omissão das informações descritas na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da A.R. Colombo Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11.b), a Companhia possui bens classificados na rubrica "Propriedades para investimento" referentes a terrenos e prédios alugados a parte relacionada e a terceiros que estão avaliados ao custo. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de propriedades para investimento nas demonstrações financeiras da controladora totaliza R\$56.876 mil (R\$55.696 mil em 31 de dezembro 2017) e no consolidado totaliza R\$18.123 mil. A Companhia não efetuou a divulgação na referida nota explicativa do valor justo das propriedades para investimento, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Outros assuntos**

### *Auditoria de exercício anterior*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 19 de março de 2018 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

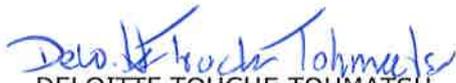
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de abril de 2019

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

  
Ricardo Schenk Duque  
Contador  
CRC nº 1 RS 060571/O-0

A.R. COLOMBO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	138	108	10.479	8.126	Fornecedores e outras obrigações		-	-	225.241	204.887
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.843	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	30.679	29.449
Contas a receber de clientes	6	134	132	299.348	275.376	Salários e encargos sociais		120	128	26.313	26.612
Estoques	7	-	-	245.745	220.882	Impostos, taxas e contribuições	15	52	88	21.418	21.516
Impostos a recuperar		238	840	14.479	27.320	Tributos parcelados	16	-	-	2.346	2.753
Dividendos a receber	9 e 12	4.209	2.543	3.057	2.752	Débitos com partes relacionadas	12	34.127	34.143	68.240	64.587
Outras contas a receber		24	8	30.557	30.828	Dividendos propostos	17	5.570	3.287	5.636	3.345
Total do ativo circulante		<u>4.743</u>	<u>3.631</u>	<u>606.508</u>	<u>565.284</u>	Outros passivos		<u>686</u>	<u>57</u>	<u>25.623</u>	<u>30.793</u>
						Total do passivo circulante		<u>40.555</u>	<u>37.703</u>	<u>405.496</u>	<u>383.942</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	14	16	16	10.396	11.618	Fornecedores e outras obrigações		-	-	9.128	4.654
Créditos com partes relacionadas	12	919	1.205	58.611	80.989	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	6.995	20.314
Contas a receber de clientes	6	-	-	43.923	38.381	Tributos parcelados	16	-	-	19.518	20.961
Impostos a recuperar		559	-	559	-	Provisão para riscos	14	-	-	<u>13.185</u>	<u>13.555</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	15.585	10.151	Total do passivo não circulante		-	-	<u>48.826</u>	<u>59.484</u>
Investimentos:											
Em controladas e controladas em conjunto	9	460.151	440.336	68.429	67.985						
Outros		-	-	1.607	1.507	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
Propriedade para investimento	11.a	56.876	55.696	18.123	-	Capital social		227.000	227.000	227.000	227.000
Intangível	10	28	27	9.640	7.121	Reservas de lucros		<u>255.737</u>	<u>236.208</u>	<u>255.737</u>	<u>236.208</u>
Imobilizado	11.a	-	-	<u>114.471</u>	<u>134.060</u>	Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>482.737</u>	<u>463.208</u>	<u>482.737</u>	<u>463.208</u>
Total do ativo não circulante		<u>518.549</u>	<u>497.280</u>	<u>341.344</u>	<u>351.812</u>	Participação dos acionistas não controladores		-	-	<u>10.793</u>	<u>10.462</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>482.737</u>	<u>463.208</u>	<u>493.530</u>	<u>473.670</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>523.292</u>	<u>500.911</u>	<u>947.852</u>	<u>917.096</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>523.292</u>	<u>500.911</u>	<u>947.852</u>	<u>917.096</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. COLOMBO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>OPERAÇÕES</b>					
Receita operacional líquida	19	1.969	1.887	1.279.106	1.307.886
Custo das mercadorias vendidas, da intermediação financeira e dos serviços prestados		(660)	(530)	(936.579)	(962.647)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<u>1.359</u>	<u>1.357</u>	<u>3.342.527</u>	<u>345.239</u>
Despesas com vendas	20	-	-	(175.326)	(182.545)
Despesas gerais e administrativas	20	(2.052)	(2.006)	(172.883)	(169.610)
Outros ganhos (perdas), líquidos	22	(49)	(55)	14.644	13.789
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>24.123</u>	<u>13.687</u>	<u>11.758</u>	<u>12.023</u>
		22.022	11.626	(321.807)	(326.343)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<u>23.331</u>	<u>12.983</u>	<u>20.720</u>	<u>18.896</u>
Despesas financeiras	21	-	-	(8.317)	(13.257)
Receitas financeiras	21	121	984	11.136	9.865
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<u>121</u>	<u>984</u>	<u>2.819</u>	<u>(3.392)</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<u>23.452</u>	<u>13.967</u>	<u>23.539</u>	<u>15.504</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	-	(128)	287	(1.349)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>23.452</u>	<u>13.839</u>	<u>23.826</u>	<u>14.155</u>
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>					
Acionistas controladores				23.452	13.839
Acionistas não controladores				<u>374</u>	<u>316</u>
				<u>23.826</u>	<u>14.155</u>
<b>LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) DURANTE O EXERCÍCIO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)</b>	18			<u>1,70</u>	<u>1,00</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. COLOMBO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.452	13.839	23.826	14.155
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>23.452</u>	<u>13.839</u>	<u>23.826</u>	<u>14.155</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas controladores	23.452	13.839	23.452	13.839
Acionistas não controladores	-	-	374	316
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>23.452</u>	<u>13.839</u>	<u>23.826</u>	<u>14.155</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. COLOMBO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total		
		Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016	227.000	2	25.102	257.755	-	509.859	10.195	520.054
Reversão de dividendos não distribuídos	-	-	-	2.797	-	2.797	54	2.851
Lucros distribuídos	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)	(45)	(60.045)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.839	13.839	316	14.155
Destinações:								
Reserva legal	-	-	692	-	(692)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.287)	(3.287)	(58)	(3.345)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	9.860	(9.860)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	227.000	2	25.794	210.412	-	463.208	10.462	473.670
Reversão de dividendos não distribuídos	-	-	-	1.647	-	1.647	48	1.695
Lucros distribuídos	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.452	23.452	374	23.826
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.173	-	(1.173)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(5.570)	(5.570)	(66)	(5.636)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	16.709	(16.709)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>227.000</u>	<u>2</u>	<u>26.967</u>	<u>228.768</u>	<u>-</u>	<u>482.737</u>	<u>10.793</u>	<u>493.530</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. COLOMBO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.452	13.967	23.539	15.504
Ajustes de:					
Depreciação e amortização		617	574	14.432	14.418
Alienação de ativo imobilizado e intangível		-	-	15	204
Resultado de subsidiárias reconhecidas por equivalência patrimonial	9	(24.123)	(13.687)	(11.758)	(12.023)
Resultado de subsidiárias - variação percentual de participação		49	55	-	-
Despesas financeiras	21	-	-	8.317	10.680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	6.862	5.541
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	-	-	3.655	4.206
Ajuste a valor presente de clientes, estoques e fornecedores		-	-	2.638	-
Receitas não realizadas		-	-	(66)	-
Participação no resultado dos acionistas não controladores		-	-	(374)	(316)
Provisão perda de estoque		-	-	(1.664)	(107)
		<u>(5)</u>	<u>909</u>	<u>45.596</u>	<u>38.107</u>
Variações em ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(2)	(26)	(44.813)	(54.381)
Estoques		-	-	(19.541)	(15.282)
Impostos a recuperar		43	(830)	12.282	8.385
Depósitos judiciais		-	(12)	(2.803)	(6.140)
Créditos com partes relacionadas		365	25.404	22.378	8.182
Outros ativos		(95)	106	271	1.091
Fornecedores		-	-	26.315	38.906
Impostos, taxas e contribuições		(36)	(92)	(1.177)	(6.391)
Débitos com partes relacionadas		-	-	(176)	(23)
Outros passivos		621	82	(4.487)	7.823
Juros pagos		-	-	(6.416)	(10.039)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(82)	(5.642)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>891</u>	<u>25.459</u>	<u>21.787</u>	<u>27.869</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Participação no patrimônio líquido dos acionistas não controladores		-	-	331	267
Títulos e valores mobiliários		-	-	(2.843)	-
Adição em investimentos		-	-	(100)	22
Aquisições de imobilizado		(1.798)	(2.296)	(10.362)	(12.403)
Aquisições de ativos intangíveis		-	-	(5.299)	(2.688)
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível		-	-	161	1.909
Dividendos recebidos		<u>2.593</u>	<u>4.273</u>	<u>11.009</u>	<u>9.170</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>795</u>	<u>1.977</u>	<u>(7.103)</u>	<u>(3.723)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Novos empréstimos		-	-	33.021	(9.167)
Novos mútuos com partes relacionadas		-	33.925	2.247	60.190
Pagamento de empréstimos		-	-	(45.566)	(7.318)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		(16)	(163)	(401)	(457)
Dividendos pagos e lucros distribuídos		<u>(1.640)</u>	<u>(61.200)</u>	<u>(1.632)</u>	<u>(61.213)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(1.656)</u>	<u>(27.438)</u>	<u>(12.331)</u>	<u>(17.965)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO</b>		<u>30</u>	<u>(2)</u>	<u>2.353</u>	<u>(11.450)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	<u>108</u>	<u>110</u>	<u>8.126</u>	<u>19.576</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>138</u>	<u>108</u>	<u>10.479</u>	<u>8.126</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## A.R. COLOMBO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A A.R. Colombo Administração e Participações S.A. (a "Companhia" e, com suas controladas, denominada "Grupo") é uma sociedade anônima com sede em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objeto a participação e administração, como sócia ou acionista, em outras sociedades, e a locação de bens imóveis.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas ("Lojas Colombo").
- Colmagi Atacadista S.A. ("Colmagi").
- Colombo Motos S.A. ("Colombo Motos").
- Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Farroupilha").
- Correfar Corretora de Seguros S.A. ("Correfar").
- Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare").
- Josema Administração e Participação S.A. ("Josema").

As presentes demonstrações financeiras autorizadas a sua emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de abril de 2019.

### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. No que tange as informações consolidadas envolvendo a administradora de consórcios, estão apresentadas em consonância com as normas do Banco Central do Brasil, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

b) Normas contábeis – revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Normas que passaram a vigorar obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros (*Financial Instruments*):

O referido pronunciamento contábil determinou uma nova classificação de ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, orienta ao reconhecimento de perdas de crédito esperadas, as quais já vem sendo registradas no âmbito da norma. A adoção deste pronunciamento não apresentou impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contratos com Clientes (*Revenue from Contracts with Customers*):

Implementa um modelo onde a receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, bem como atendidos os critérios de desempenho. A adoção deste pronunciamento não apresentou impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Normas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil – A nova norma substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Em relação à IFRS 16 - Arrendamento mercantil, como as operações da Companhia consistem substancialmente na utilização de imóveis arrendados de terceiros como suas unidades de negócios, com bases em estudos e análises preliminares a Companhia estima que a adoção desta norma trará impactos significativos e relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, efeitos estes que estão em levantamento.

## 2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais são apresentadas a seguir:

	Participação - %
	<u>2018</u>
Colmagi	98,2480
Colombo Motos	99,4284
Consórcio Farroupilha	99,0000
Lojas Colombo	97,4185
Josema (i)	100,0000
Correfar	99,8000

(i) Participação de forma indireta através da Lojas Colombo.

### b) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle e influência no negócio. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### c) Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimento controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

## 2.3. Conversão de moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e mensurados a valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Custo amortizado

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" (notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os custos amortizados são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.5.3. *Impairment* de ativos financeiros

#### a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido desde o reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" esperada) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O teste de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 6.

### 2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*.

### 2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos (PDD) ou *impairment*.

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica de contas a receber de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo, calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2018 corresponde em média a 1,14% a.m. (2,17% a.m. em 31 de dezembro de 2017).

## 2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## 2.8. Ativos intangíveis

### a) Direito de uso

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis relativos ao Direito de uso, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 que levam em consideração o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado ao longo de sua vida útil estimada e sujeitos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável, em caso de indicação de perda de seu valor recuperável.

### b) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº 10.

## 2.9. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

## 2.10. Imobilizado e propriedades para investimento

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As propriedades para investimento são reconhecidas pelo método de custo.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	20-80
Equipamentos de processamento de dados	4-15
Veículos	5-8
Móveis, utensílios	2-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

## 2.11. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## 2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustado a valor presente.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2018 corresponde em média a 0,75% a.m. (0,88% a.m. em 31 de dezembro de 2017).

#### 2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 2.14. Provisões

As provisões de custos de ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

#### 2.15. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### 2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

#### 2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços, bem como a satisfação de obrigação de desempenho, caso existir.

##### a) Venda de produtos - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de eletrodomésticos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende e entrega um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito e financiamento próprio ou com terceiros.

##### b) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de garantias e seguros para seus clientes.

A receita de contratos de prestação de serviços é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

##### c) Receita de intermediação financeira

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.18. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

a) Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

b) Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado.

Os contratos de arrendamento das lojas são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos realizados nos contratos de arrendamento mercantil operacionais são registrados no resultado do exercício, de forma linear, durante o período de vigência desses contratos.

2.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.20. Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento - consolidado

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado na conta "Receita de subvenção de investimentos", no grupo "Outros ganhos (PERDAS), líquidos", no momento da realização do crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado do Paraná.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) sobre os ativos intangíveis, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.10. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

#### b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. O imposto de renda e contribuição social ativos são registrados até a extensão de sua recuperabilidade, baseado em projeção de resultados/estimativas da Administração.

#### c) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 47 para determinar quando um ativo financeiro está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo, conforme apresentado na nota explicativa nº 2.5.3. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, e o comportamento do fluxo de caixa de seus ativos através de indicadores de performance avaliados junto a Administração.

#### d) Vida útil do ativo imobilizado

Anualmente, a Companhia revisa a vida útil de seus ativos imobilizados. A primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação foi realizada no exercício social de 2010 e foi considerada como mudança de estimativa e produziu efeitos contábeis prospectivamente apenas pelas alterações nos valores das depreciações do período a partir da data da transição.

Após a primeira análise periódica da vida útil-econômica, a Administração revisa essa vida útil no mínimo a cada exercício, tomando-se por base análise documentada do trabalho efetuado, com o objetivo de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e valor residual permaneçam válidos em todos os exercícios.

#### e) Empreendimento controlado em conjunto

A controlada Josema possui controle conjunto sobre o investimento de 50% detido na Crediare. Devido ao fato da investida estar estruturada sob a forma de sociedade anônima e das partes do acordo possuírem direito aos ativos líquidos da empresa, esse acordo foi classificado como *joint venture* e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

## 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e se protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

#### Risco de mercado

##### a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos. Para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos, a Crediare efetua a captação diária de empréstimos (CDI) junto a uma instituição financeira de mercado, efetuando a gestão de seu fluxo de caixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 13, os empréstimos da Companhia são atrelados ao CDI.

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em cada empresa do grupo. O risco de crédito decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com referência no mercado. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro, financiamento com terceiros ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação à carteira de cartões de crédito, o Grupo tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha que apresentem um menor custo de captação.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O Departamento de Finanças monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2018:		
Outras contas a pagar (i)	40.989	-
	<u>40.989</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2017:		
Outras contas a pagar (i)	38.067	-
	<u>38.067</u>	<u>-</u>
	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2018:		
Empréstimos	18.876	4.907
Fornecedores e outras obrigações (i)	365.095	9.238
	<u>383.971</u>	<u>14.145</u>
Em 31 de dezembro de 2017:		
Empréstimos	29.803	20.558
Fornecedores e outras obrigações (i)	347.907	4.710
	<u>377.710</u>	<u>25.268</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

## 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 13)	37.674	49.763
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	<u>(13.322)</u>	<u>(8.126)</u>
Dívida líquida	24.352	41.637
Total do patrimônio líquido	493.530	473.670
Total do capital	<u>517.882</u>	<u>515.307</u>
Índice de alavancagem financeira - %	5	8

## 4.3. Instrumentos financeiros por categoria

Custo amortizado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial</u>				
Caixa e equivalentes de caixa operações	138	108	13.322	8.126
Contas a receber de clientes e demais contas a receber operações	<u>1.077</u>	<u>1.345</u>	<u>432.439</u>	<u>344.585</u>
	<u>1.215</u>	<u>1.453</u>	<u>445.761</u>	<u>352.711</u>
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial</u>				
Empréstimos	-	-	37.674	49.763
Fornecedores e outras obrigações operações	<u>34.813</u>	<u>34.200</u>	<u>328.232</u>	<u>240.334</u>
	<u>34.813</u>	<u>34.200</u>	<u>365.906</u>	<u>290.097</u>

Controladora e consolidado

As contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

## 4.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Da operação comercial:		
Prestações a receber com financiamento próprio (i)	<u>134</u>	<u>132</u>
	<u>134</u>	<u>132</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Da operação comercial:		
Prestações a receber com financiamento próprio (i)	88.266	62.119
Cartões de crédito (ii)	258.533	249.593
Outros (iii)	3.313	8.198
Contas a receber de crédito direto ao consumidor interveniência bancária (CDCI)	23.684	14.692
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.930)	(4.881)
Ajuste a valor presente de clientes	(13.889)	(9.437)
Receita não realizada	<u>(11.706)</u>	<u>(6.527)</u>
	<u>343.271</u>	<u>313.757</u>

- (i) Financiamentos com maior volume de curto prazo com risco reduzido e provisão de *impairment* constituída.
- (ii) Risco de crédito suportado pela administradora dos cartões de crédito, portanto sem risco para a Companhia.
- (iii) Contas a receber com vencimentos de curto prazo com liquidez imediata sem constituição de provisão para *impairment*, e com risco reduzido de crédito.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários e caixa	138	108	10.479	8.126
Títulos e valores mobiliários (a)	-	-	2.843	-
	<u>138</u>	<u>108</u>	<u>13.322</u>	<u>8.126</u>

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2018 referente principalmente a aplicações da controlada Farroupilha Administradora de Consórcio Ltda. em fundos de investimento, com remuneração atrelada ao CDI.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Da operação comercial:				
Prestações a receber com financiamento próprio	134	132	88.266	62.119
Cartões de crédito	-	-	258.533	249.593
Outros	-	-	3.313	8.198
Contas a receber de Crédito Direto ao Consumidor Interveniência bancária (CDCI)	-	-	23.684	14.692
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.930)	(4.881)
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	(13.889)	(9.437)
Receita não realizada	-	-	(11.706)	(6.527)
	<u>134</u>	<u>132</u>	<u>343.271</u>	<u>313.757</u>
Menos parcela não circulante	-	-	(43.923)	(38.381)
Parcela circulante	<u>132</u>	<u>132</u>	<u>299.348</u>	<u>275.376</u>

a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	4.881	3.235
Complemento de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	6.862	5.541
Baixas efetuadas	(6.813)	(3.895)
Em 31 de dezembro	<u>4.930</u>	<u>4.881</u>

b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Complemento de provisão	6.862	5.541
Recuperação de créditos de clientes	(785)	(634)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações	<u>6.077</u>	<u>4.907</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

## c) Ajuste a valor presente de clientes:

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	9.437	8.695
Ajuste a valor presente sobre vendas a prazo e/ou cartão parcelado	26.119	29.026
Realização do ajuste a valor presente	(21.667)	(28.284)
	<u>13.889</u>	<u>9.437</u>

Todas as contas a receber não circulantes vencem em até cinco anos a contar da data do balanço.

No consolidado não há contas a receber de clientes vencidas e sem correspondente provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 30 dias	1.910	1.304
De 31 a 60 dias	1.532	1.097
De 61 a 90 dias	2.496	2.328
Acima de 91 dias	10.770	10.145
	<u>16.708</u>	<u>14.874</u>

Os vencimentos dessas contas a receber a vencer estão representados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 3 meses	132	132	154.283	148.665
De 1 a 12 meses	-	-	159.892	141.724
De 1 a 3 anos	-	-	42.913	29.339
	<u>132</u>	<u>132</u>	<u>357.088</u>	<u>319.728</u>

O resumo dos vencimentos das contas a receber (vencidos e a vencer) está representado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vencidos	-	-	16.708	14.874
A vencer	132	132	357.088	319.728
	<u>132</u>	<u>132</u>	<u>373.796</u>	<u>334.602</u>

## 7. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Estoque de mercadorias para revenda	248.891	226.017
Materiais diversos	687	667
Provisão para perda nos estoques	(1.200)	(2.843)
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.633)	(2.959)
	<u>245.745</u>	<u>220.882</u>

A Companhia realiza a provisão para perdas nos estoques com base no confronto entre o custo dos produtos e o seu valor médio a mercado descontando os impostos e custos para sua realização.

A movimentação do AVP é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.959	2.979
AVP sobre compras a prazo	13.686	16.303
Realização do AVP	(14.012)	(16.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.633</u>	<u>2.959</u>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	Consolidado			
	2018			2017
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.095	393	1.488	535
Provisão para riscos	1.778	640	2.418	4.729
Demais provisões temporárias	3.337	1.202	4.539	2.830
Efeitos Lei nº 11.638/07:				
AVP clientes	3.472	1.250	4.722	2.822
AVP fornecedores e estoques	(508)	(182)	(690)	360
Mercadorias não entregues	378	136	514	336
<i>Impairment</i>	90	32	122	123
Depreciação e amortização pela vida útil remanescente	(1.726)	(621)	(2.347)	(2.630)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.543	1.276	4.819	1.046
	<u>11.459</u>	<u>4.126</u>	<u>15.585</u>	<u>10.151</u>

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos é como segue:

Ano	Consolidado			
	Ativo	Passivo	2018	2017
2018				7.120
2019	9.170	(530)	8.640	3.031
2020 a 2025	8.762	(1.817)	6.945	-
	<u>14.248</u>	<u>(2.347)</u>	<u>15.585</u>	<u>10.151</u>

Os valores de compensação são os seguintes:

	Consolidado	
	2018	2017
Ativo de imposto diferido:		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	11.549	4.848
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.383	7.933
	<u>17.932</u>	<u>12.781</u>
Passivo de imposto diferido:		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	(1.817)	(1.817)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(530)	(813)
	<u>(2.347)</u>	<u>(2.630)</u>
Ativo de imposto diferido (líquido)	<u>15.585</u>	<u>10.151</u>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	10.151	8.412
Provisão para contas a receber de clientes (créditos de liquidação duvidosa)	953	(98)
Provisão para contingências	(190)	(144)
Demais provisões temporárias	(412)	204
Efeitos Lei nº 11.638/07:		
AVP clientes	1.091	291
AVP fornecedores e estoques	(1.051)	9
Depreciação e amortização pela vida útil	283	168
<i>Impairment</i> do imobilizado	(1)	(1)
Mercadorias não entregues	178	264
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.773	1.046
Em 31 de dezembro	<u>15.585</u>	<u>10.151</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado								
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para contingências	Demais provisões temporárias	Impairment do imobilizado	Mercadorias não entregues	Efeitos Lei nº 11.638/07 - AVP	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	Total	
<u>Ativo de imposto diferido</u>									
Em 31 de dezembro de 2016	633	4.873	2.626	124	72	2.882	-	11.210	
Creditado à demonstração do resultado	(98)	(144)	204	(1)	264	300	1.046	1.571	
Em 31 de dezembro de 2017	535	4.729	2.830	123	336	3.182	1.046	12.781	
Creditado à demonstração do resultado	953	(190)	(412)	(1)	178	850	3.773	5.151	
Em 31 de dezembro de 2018	<u>1.488</u>	<u>4.539</u>	<u>2.418</u>	<u>122</u>	<u>514</u>	<u>4.032</u>	<u>4.819</u>	<u>17.932</u>	
							Consolidado		
							Efeitos Lei nº 11.638/07		
							-		
							vida útil	Total	
<u>Passivo de imposto diferido</u>									
Em 31 de janeiro de 2016								(2.798)	(2.798)
Debitado à demonstração do resultado								168	168
Em 31 de dezembro de 2017								(2.630)	(2.630)
Debitado à demonstração do resultado								283	283
Em 31 de dezembro de 2018								<u>(2.347)</u>	<u>(2.347)</u>

## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

## a) Informações sobre investimentos

Participações diretas	31 de dezembro de 2018										
	Ativo	Passivo	Receita Bruta	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação direta - %	Saldo do investimento	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos
Colmagi Atacadista S.A.	25.603	678	3.600	15.400	24.926	2.082	11.997	98,248	24.489	2.046	486
Colombo Motos S.A.	101.190	81.801	39.147	7.000	19.389	7.576	4.960.000	99,4284	19.278	7.532	1.789
Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda.	62.743	15.926	17.636	10.000	46.817	4.593	50	99,0000	46.349	4.547	
Correfar Corretora S.A.	1.352	186	784	50	1.166	692	50	99,8000	1.164	691	164
Lojas Colombo S.A.	720.978	342.332	1.474.566	190.000	378.645	9.553	4.061	97,4185	368.871	9.307	1.770
						<u>14.003</u>			<u>460.151</u>	<u>24.123</u>	<u>4.209</u>

Participações diretas	31 de dezembro de 2017										
	Ativo	Passivo	Receita	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação direta - %	Saldo do investimento	Efeito sobre lucro (prejuízo) da controlada	Dividendos propostos
Colmagi Atacadista S.A.	25.381	646	3.404	15.400	24.735	1.960	11.997	98,248	24.302	1.926	457
Colombo Motos S.A.	96.687	83.075	31.196	7.000	13.612	(3.623)	4.960.000	99,4284	13.534	(3.603)	
Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda.	58.485	16.620	18.211	10.000	42.224	5.240	50	99,0000	41.802	5.188	
Correfar Corretora S.A.	1.432	220	902	50	1.212	805	50	99,8000	1.209	803	191
Lojas Colombo S.A.	691.001	321.985	1.501.274	190.000	369.015	9.621	4.061	97,4185	359.489	9.373	1.895
						<u>14.003</u>			<u>440.336</u>	<u>13.687</u>	<u>2.543</u>

## b) Movimentação dos investimentos

	Controladora					Total
	Colmagi	Colombo Motos	Farroupilha Consórcio	Correfar	Lojas Colombo	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	25.292	17.137	36.614	1.343	349.948	430.334
Reversão de dividendos	-	-	-	-	2.118	2.118
Resultado da equivalência patrimonial	1.926	(3.603)	5.188	803	9.373	13.687
Resultado da equivalência patrimonial - variação de participação	-	-	-	-	(55)	(55)
Dividendos propostos	(457)	-	-	(191)	(1.895)	(2.543)
Dividendos complementares	(2.459)	-	-	(746)	-	(3.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.302	13.534	41.802	1.209	359.489	440.336
Reversão de dividendos	-	-	-	-	1.895	1.895
Resultado da equivalência patrimonial	2.046	7.533	4.547	690	9.307	24.123
Resultado da equivalência patrimonial - variação de participação	-	-	-	-	(50)	(50)
Dividendos propostos	(486)	(1.789)	-	(164)	(1.770)	(4.209)
Dividendos complementares	(1.373)	-	-	(571)	-	(1.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.489	19.278	46.349	1.164	368.871	460.151

	Consolidado		
	Crediare	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	65.592	1.529	67.121
Resultado da equivalência patrimonial	12.023	-	12.023
Alienações de investimentos	-	(22)	(22)
Dividendos propostos	(2.752)	-	(2.752)
Dividendos complementares	(6.878)	-	(6.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.985	1.529	69.492
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.985	1.507	69.492
Resultado da equivalência patrimonial	11.758	-	11.758
Aquisições de investimentos	-	100	100
Dividendos propostos	(3.057)	-	(3.057)
Dividendos complementares	(8.257)	-	(8.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.429	1.607	70.036

## c) Outras informações sobre investimentos

## (i) Colmagi

A Colmagi, constituída de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio, por atacado, de produtos e equipamentos eletrônicos e de móveis em geral, representações comerciais em geral, a representação por conta de terceiros, a administração de bens próprios, participação no capital de outras empresas, assim como a administração de negócios de franquia.

## (ii) Colombo Motos

A Colombo Motos, constituída de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio de motos.

## (iii) Farroupilha Administradora de Consórcio

O Farroupilha Administradora de Consórcio, constituído de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de venda de consórcios.

## (iv) Lojas Colombo

A Lojas Colombo constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessórias ao negócio principal.

## (v) Josema (controlada indireta)

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo. A Josema detém o controle conjunto da Crediare.

## (vi) Crediare (controlada indireta em conjunto)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos captados junto ao Banco Bradesco S.A.

As demonstrações financeiras da Crediare em 31 de dezembro de 2018 apresentam um ativo total de R\$461.929 e um passivo circulante e não circulante de R\$325.071. As rendas a apropriar produtos de crédito montam a R\$122.902 (2017 - R\$115.163). As rendas de operações de crédito montam a R\$151.908 (2017 - R\$159.636) e são registradas na rubrica "Receita de intermediação financeira", na demonstração do resultado da Crediare.

Abaixo seguem as principais informações das demonstrações financeiras da Crediare (controlada em conjunto):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo:		
Circulante	325.153	337.197
Não circulante	136.778	123.536
Total do ativo	<u>461.931</u>	<u>460.733</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo e patrimônio líquido:		
Circulante	312.917	315.093
Não circulante	12.154	9.672
Patrimônio líquido	136.860	135.968
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>461.931</u>	<u>460.733</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Demonstração do resultado:		
Receita da intermediação financeira	151.908	159.636
Despesas da intermediação financeira	(13.585)	(20.465)
Receitas operacionais	32.644	33.543
Despesas operacionais	(127.541)	(128.560)
Imposto de renda e contribuição social	(19.908)	(20.108)
Lucro líquido do exercício	<u>23.518</u>	<u>24.046</u>

## 10. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

## a) Composição do saldo

	<u>Consolidado</u>		
	<i>Software</i> adquiridos	Direito de Utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	7.793	56	7.849
Aquisições	2.688	-	2.688
Alienações	(13)	-	(13)
Amortizações	(3.392)	(11)	(3.403)
Saldo contábil, líquido	<u>7.076</u>	<u>45</u>	<u>7.121</u>
Em 31 de dezembro de 2017:			
Custo total	24.952	4.294	29.246
Amortização acumulada	(17.876)	(4.249)	(22.125)
Saldo contábil, líquido	<u>7.076</u>	<u>45</u>	<u>7.121</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	7.076	45	7.121
Aquisições	5.299	-	5.299
<i>Impairment</i>	319	-	319
Amortizações	(3.089)	(10)	(3.099)
Saldo contábil, líquido	<u>9.605</u>	<u>35</u>	<u>9.640</u>
Em 31 de dezembro de 2018:			
Custo total	30.565	4.294	34.859
Amortização acumulada	(20.960)	(4.259)	(25.219)
Saldo contábil, líquido	<u>9.605</u>	<u>35</u>	<u>9.640</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	16,14	17,03	

## 11. IMOBILIZADO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

## a) Composição do saldo de propriedades para investimento - consolidado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Benfeitorias em imóveis</u>	<u>Total da operação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Imobilizado consolidado</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017:						
Aquisições	-	-	73	73	79	152
Transferência	2.238	15.831	85	18.154	(79)	18.075
Depreciações	-	(83)	(21)	(104)	-	(104)
Saldo contábil, líquido	<u>2.238</u>	<u>15.747</u>	<u>137</u>	<u>18.123</u>	<u>-</u>	<u>18.123</u>
Em 31 de dezembro de 2018:						
Custo total	2.238	15.988	178	18.404	-	18.404
Depreciação acumulada	-	(241)	(41)	(281)	-	(281)
Saldo contábil, líquido	<u>2.238</u>	<u>15.747</u>	<u>137</u>	<u>18.123</u>	<u>-</u>	<u>18.123</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %		1,25	20,00			

## b) Composição do saldo imobilizado - consolidado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total da operação	Obras em andamento	Imobilizado consolidado
Em 1º de janeiro de 2017:									
Saldo inicial	42.263	34.646	14.811	13.336	14.421	2.067	121.544	13.589	135.133
Aquisições	-	1.085	4.587	2.079	1.722	682	10.155	2.248	12.403
Transferência									
Ajuste ao valor de recuperação ( <i>impairment</i> )	-	-	48	-	(46)	2	4	-	4
Alienações	(207)	(154)	(267)	(856)	(168)	(63)	(1.715)	-	(1.715)
Depreciações	-	(746)	(4.795)	(1.870)	(3.242)	(1.112)	(11.765)	-	(11.765)
Saldo contábil, líquido	<u>42.056</u>	<u>34.831</u>	<u>14.384</u>	<u>12.689</u>	<u>12.687</u>	<u>1.576</u>	<u>118.223</u>	<u>15.837</u>	<u>134.060</u>
Em 31 de dezembro de 2017:									
Custo total	42.056	52.891	58.353	20.363	40.889	16.430	230.982	15.837	246.819
Depreciação acumulada	-	(18.060)	(43.969)	(7.674)	(28.202)	(14.854)	(112.759)	-	(112.759)
Saldo contábil, líquido	<u>42.056</u>	<u>34.831</u>	<u>14.384</u>	<u>12.689</u>	<u>12.687</u>	<u>1.576</u>	<u>118.223</u>	<u>15.837</u>	<u>134.060</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	42.056	34.831	14.384	12.689	12.687	1.576	118.223	15.837	134.060
Aquisições	822	701	5.524	290	2.231	638	10.206	3	10.209
Ajuste ao valor de recuperação ( <i>impairment</i> )	-	-	(9)	-	1	1	(7)	-	(7)
Transferência	(2.032)	(213)	(86)	(1.280)	120	1.160	(2.331)	(15.404)	(17.735)
Alienações	--	(25)	(4)	(654)	(83)	(61)	(827)	-	(827)
Depreciações		(769)	(4.735)	(1.712)	(2.990)	(1.023)	(11.229)	-	(11.229)
Saldo contábil, líquido	<u>40.846</u>	<u>34.525</u>	<u>15.074</u>	<u>9.333</u>	<u>11.966</u>	<u>2.291</u>	<u>114.035</u>	<u>436</u>	<u>114.471</u>
Em 31 de dezembro de 2018:									
Custo total	40.846	53.795	63.798	17.804	41.911	15.790	233.944	436	234.380
Depreciação acumulada	-	(19.270)	(48.724)	(8.471)	(29.945)	(13.499)	(119.909)	-	(119.909)
Saldo contábil, líquido	<u>40.846</u>	<u>34.525</u>	<u>15.074</u>	<u>9.333</u>	<u>11.966</u>	<u>2.291</u>	<u>114.035</u>	<u>436</u>	<u>114.471</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %		1,25	20,00	19,94	10,99	16,62			

## c) Composição do saldo de propriedades para investimento - controladora

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis próprios	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2017:							
Saldo inicial	17.795	21.378	1.649	-	-	13.179	54.001
Aquisição	-	-	28	4	2	2.235	2.269
Depreciações	-	(350)	(223)	-	(1)	-	(574)
Saldo contábil, líquido	<u>17.795</u>	<u>21.028</u>	<u>1.454</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>15.414</u>	<u>55.696</u>
Em 31 de dezembro de 2017:							
Custo total	17.795	27.741	2.337	4	6	15.414	63.297
Depreciação acumulada	-	(6.713)	(883)	-	(5)	-	(7.601)
Saldo contábil, líquido	<u>17.795</u>	<u>21.028</u>	<u>1.454</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>15.414</u>	<u>55.696</u>
Em 31 de dezembro de 2017	17.795	21.028	1.454	4	1	15.414	55.696
Aquisição	822	200	731	-	-	83	1.836
Transferência	-	15.483	-	-	-	(15.483)	-
Depreciações	-	(415)	(240)	(1)	-	-	(656)
Saldo contábil, líquido	<u>18.617</u>	<u>36.296</u>	<u>1.945</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>14</u>	<u>56.876</u>
Em 31 de dezembro de 2018:							
Custo total	18.617	43.424	3.068	3	6	14	65.132
Depreciação acumulada	-	(7.128)	(1.123)	-	(5)	-	(8.256)
Saldo contábil, líquido	<u>18.617</u>	<u>36.296</u>	<u>1.945</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>14</u>	<u>56.876</u>

## 12. PARTES RELACIONADAS

Transações e saldos

	Controladora						
	Lojas Colombo	Colmagi	Correfar	Pessoas físicas	Colombo Motos	31/12/2018	31/12/2017
Ativo:							
Contas a receber	79	-	-	-	-	79	81
Créditos com partes relacionadas	840	-	-	-	-	840	1.124
Dividendos a receber	1.770	486	164	-	1.789	4.209	2.543
	<u>2.689</u>	<u>486</u>	<u>164</u>	<u>-</u>	<u>1.789</u>	<u>5.128</u>	<u>3.748</u>
Passivo:							
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	34.127	-	34.127	34.143
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.127</u>	<u>-</u>	<u>34.127</u>	<u>34.143</u>
Receitas (despesas):							
Receitas de aluguéis	623	-	-	-	-	623	2.085
Receita financeiras	66	-	-	-	-	66	976

As transações comerciais com partes relacionadas referem-se a contratos de aluguéis com prazo médio de vigência de cinco anos, remunerados de acordo com o faturamento das respectivas lojas e contratos de mútuo com acionista, sem remuneração e com prazo de vigência indeterminado.

Adicionalmente, a Companhia possui imóvel cujo valor residual registrado nas contas de imóveis e terrenos totalizam R\$1.027, que se encontra emprestados para uso por acionista.

A Companhia registra despesas cujo benefício econômico ocorre ao acionista controlador, no montante de R\$45 referente a despesas administrativas de gestão do imóvel de seu uso, todas excluídas do cálculo do IRPJ e CSLL.

	Consolidado					31/12/2018	31/12/2017
	Lojas Colombo	Consórcio Farroupilha	Banco Bradesco S.A.	Colombo Motos S.A.	Pessoas físicas		
Ativo:							
Outras contas a receber	4.298	-	25	54.288	-	58.611	80.989
Dividendos a receber	3.057	-	-	-	-	3.057	2.752
Total créditos com partes relacionadas	<u>7.355</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>54.288</u>	<u>-</u>	<u>61.668</u>	<u>83.741</u>
Aplicações financeiras	-	-	8.515	-	-	8.515	3.065
Contas a receber (*)	15.554	-	-	-	-	15.554	18.950
Passivo:							
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	68.160	68.160	64.383
Outras contas a pagar	-	-	-	77	3	80	204
Total débitos com partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77</u>	<u>68.163</u>	<u>68.240</u>	<u>64.587</u>
Depósitos interfinanceiros			<u>13.825</u>			<u>13.825</u>	<u>3.808</u>
			<u>13.825</u>			<u>13.825</u>	<u>3.808</u>
Receitas/despesas:							
Ressarcimento (despesas) com vendas e administrativas	24.399	-	-	-	(18)	24.381	24.682
Despesas e receitas financeiras	(65)	-	-	-	(80)	(145)	(198)

(\*) Corresponde a contas a receber de cartões de crédito e outros recebimentos, não sendo tratados como partes relacionadas por referirem-se a saldo de repasses de terceiros relacionados com a atividade da Companhia, bem como não são eliminados do consolidado.

Consolidado

As operações de captação através de depósitos interfinanceiros realizadas entre o Bradesco e suas partes relacionadas são efetuadas em condições de prazos e remuneração normais de mercado.

As despesas administrativas, no consolidado, das partes relacionadas com a Lojas Colombo referem-se, principalmente, às despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas partes relacionadas.

As despesas de aluguel da Companhia com partes relacionadas são remuneradas de acordo com o faturamento das respectivas lojas.

Não existem compra e venda de produtos e serviços entre partes relacionadas.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações ativas de CDC e ressarcimento de despesas.

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

## a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração inclui os conselheiros e diretores. O valor dos honorários consolidado pagos ou a pagar até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.793 (R\$2.485 em 31 de dezembro de 2017).

## b) Débitos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Em 1º de janeiro	34.143	381	64.383	4.016
Empréstimos efetuados durante o exercício	-	33.925	2.247	60.190
Juros (nota explicativa nº 21)	-	-	1.980	634
Amortização de empréstimo realizado	(16)	(163)	(401)	(457)
Juros pagos	-	-	(49)	-
Em 31 de dezembro	<u>34.127</u>	<u>34.143</u>	<u>68.160</u>	<u>64.383</u>

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tipos de empréstimos	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante:		
Capital de giro	29.402	27.983
Arrendamento mercantil financeiro	1.276	1.466
	<u>30.678</u>	<u>29.449</u>
Não circulante:		
Capital de giro	4.849	16.917
Arrendamento mercantil financeiro	2.146	3.397
	<u>6.995</u>	<u>20.314</u>
Total de empréstimos	<u>37.674</u>	<u>49.763</u>

- a) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019		13.858
2020	5.975	5.476
2021	776	776
2022	204	204
	<u>6.995</u>	<u>20.314</u>

- b) Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	1.276	1.466
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.146	3.397
	<u>3.422</u>	<u>4.863</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>832</u>	<u>699</u>

#### 14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado			
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	ISS	2018	2017
Em 1º de janeiro	14.273	3.491	17.764	18.709
Debitado à demonstração do resultado/provisões adicionais	3.378	277	3.655	4.362
Usado durante o exercício (baixa)	(4.025)	-	(4.025)	(5.307)
Em 31 de dezembro	<u>13.626</u>	<u>3.768</u>	<u>17.394</u>	<u>17.764</u>
(-) Baixa de depósitos judiciais relacionados ao passivo não circulante	(4.209)	-	(4.209)	(4.209)
Provisão para demandas judiciais - passivo não circulante	<u>9.417</u>	<u>3.768</u>	<u>13.185</u>	<u>13.555</u>
Depósitos judiciais relacionados totais	14.580	25	14.605	15.827
(-) Baixa de depósitos judiciais relacionados ao ativo não circulante	(4.209)	-	(4.209)	(4.209)
Depósitos judiciais - ativo não circulante	<u>10.371</u>	<u>25</u>	<u>10.396</u>	<u>11.618</u>

##### a) Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$11.462 em 31 de dezembro de 2018 (R\$12.175 em 31 de dezembro de 2017) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". Na opinião de nossos consultores jurídicos, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$1.998 (R\$2.098 em 31 de dezembro de 2017).

##### b) Contingências possíveis

O Grupo tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Adicionalmente o Grupo tem ações de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$13.338 na área trabalhistas, R\$4.725 na área cíveis e de R\$37.058 na área tributária.

## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social	-	1	511	163
PIS e COFINS	20	33	6.788	8.067
ICMS	-	-	8.568	7.404
Obrigações sociais	21	39	5.279	5.614
Outros	11	15	272	268
	<u>52</u>	<u>88</u>	<u>21.418</u>	<u>21.516</u>

## 16. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Parcelamentos	21.864	23.714
	<u>21.864</u>	<u>23.714</u>
(-) Circulante	(2.346)	(2.753)
Não circulante	19.518	20.961

Em 7 de outubro de 2011, a controlada Lojas Colombo recebeu lançamento fiscal de IRPJ e CSLL, que teve como base principal o ganho de capital incorrido quando da venda de participação de 50% da Credifar (atualmente Crediare), através de integralização de capital na controlada Josema. Em 2013 a empresa aderiu a reabertura do PAES, com base na Lei nº 12.865/13, com relação a débitos da referida operação e adicionalmente, em 2014, aderiu ao PAES com base na Lei nº 12.996/14, relacionado a um débito de PIS e COFINS.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social é dividido em 13.773.438 ações ordinárias sem valor nominal.

## b) Reserva legal e retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Como determina o artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

O excesso da retenção de lucros observado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 será avaliado para capitalização em 2019.

Em 31 de dezembro, foram computados lucros acumulados, da seguinte forma:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	
Lucro líquido do exercício	13.839
Transferência para reserva legal (5%)	(692)
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.287)
Transferência para reserva estatutária	(9.860)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>
Em 1º de janeiro de 2018	
Lucro líquido do exercício	23.452
Transferência para reserva legal (5%)	(1.173)
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.570)
Transferência para reserva estatutária	(16.709)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>-</u></u>

## 18. LUCRO POR AÇÃO

### Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	23.452	13.839
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	13.773	13.773
	<hr/>	<hr/>
Lucro básico e diluído por ação	<u>1,70</u>	<u>1,00</u>

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

## 19. RECEITA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas:				
Vendas de mercadorias	-	-	1.476.026	1.499.418
Prestação de serviços	2.170	2.079	32.197	33.606
Receitas da intermediação financeira	-	-	26.822	28.174
	<u>2.170</u>	<u>2.079</u>	<u>1.535.046</u>	<u>1.561.198</u>
Deduções:				
Impostos e contribuições	(201)	(192)	(224.301)	(221.729)
Devoluções e abatimentos	-	-	(31.639)	(31.583)
	<u>(201)</u>	<u>(192)</u>	<u>(255.940)</u>	<u>(253.312)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.969</u>	<u>1.887</u>	<u>1.279.106</u>	<u>1.307.886</u>

## 20. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com salários e encargos	(962)	(852)	(162.955)	(155.221)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12)	(36)	(36)	(2.793)	(2.425)
Depreciação e amortização	(6)	-	(12.986)	(13.883)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, líquidas das recuperações (nota explicativa nº 6)	-	-	(4.631)	(4.907)
Despesas com aluguel	-	-	(30.848)	(38.544)
Despesas com propaganda	(29)	(34)	(22.048)	(24.037)
Despesas com tarifas de cartões	-	-	(14.683)	(13.818)
Despesas com manutenção	(144)	(80)	(22.442)	(21.450)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(17)	(12)	(7.601)	(7.747)
Remuneração prestação de serviços a terceiros	(518)	(451)	(40.531)	(36.484)
Impostos, taxas e contribuições	(121)	(339)	(9.835)	(8.131)
Despesas cíveis e trabalhistas	-	-	(8.873)	(12.730)
Outras despesas	(269)	(202)	(7.983)	(12.778)
Custo mercadorias vendidas – depreciação	(660)	(530)	(1.446)	-
Custo mercadorias vendidas	-	-	(935.133)	(961.386)
Despesas venda e despesas administrativas	<u>(2.712)</u>	<u>(2.536)</u>	<u>(1.284.788)</u>	<u>(1.314.802)</u>
Despesas com vendas	-	-	(175.326)	(182.545)
Despesas gerais e administrativas	(2.102)	(2.006)	(172.883)	(169.610)
Custo mercadorias vendidas	(660)	(530)	(936.579)	(962.647)

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Juros recebidos ou a receber	2		3.819	8.787
Juros recebidos de partes relacionadas	66	976	-	-
Rendas de aplicações financeiras	1	1	2.287	162
Variações monetárias ativas (*)	52		4.335	103
Outras		7	695	813
	<u>121</u>	<u>984</u>	<u>11.136</u>	<u>9.865</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre débitos com partes relacionadas	-	-	(1.981)	(634)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-		(4.486)	(14.128)
Juros parcelamento tributos (nota explicativa nº 16)	-		(1.126)	(1.721)
Descontos concedidos	-	-	(724)	(223)
Variações monetárias passivas	-		-	3.449
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.317)</u>	<u>(13.257)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>121</u>	<u>984</u>	<u>2.819</u>	<u>(3.39)2</u>

(\*) Valores correspondente principalmente a variação monetária ativa na controlada Lojas Colombo S.A., tem em sua maior parte o montante de R\$1.920 referente a atualização de crédito de INSS e R\$2.178 referente atualização de crédito de ICMS, registrados no ano de 2018.

## 22. OUTROS GANHOS (PERDAS), LÍQUIDOS

	Controladora e Consolidado			
	2018	2017	2018	2017
Receitas com marketing	-	-	912	543
Aluguéis terceiros	-	-	188	413
Receitas diversas	-	-	3.633	3.030
Créditos tributários (*)	-	-	2.937	800
Premiações recebidas correspondente bancário	-	-	-	1.072
Bonificação recebidas de fornecedores - financeiro	-	-	21	387
Receita Subvenção Investimentos			1.806	1.360
Outras perdas (ganhos)	(49)	(55)	2.256	3.003
Outros ganhos (perdas), líquidos	<u>(49)</u>	<u>(55)</u>	<u>11.753</u>	<u>10.608</u>

(\*) Referente a ganhos tributários, com trânsito em julgado, em sua maior parte referente a INSS no montante de R\$2.720 registrados em 2018.

## 23. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto corrente:				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(128)	(5.147)	(3.088)
Imposto diferido (nota explicativa nº 8):				
Geração e estorno de diferenças temporárias	-	-	5.434	1.739
Despesa de imposto de renda	<u>-</u>	<u>(128)</u>	<u>287</u>	<u>(1.349)</u>

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>23.452</u>	<u>13.967</u>	<u>23.539</u>	<u>15.504</u>
Adições (exclusões) permanentes:				
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(24.123)	(13.687)	(11.743)	(12.023)
Constituição de IR/CS diferidos sobre movimentações temporárias de exercícios anteriores (*)	-	-	(10.835)	-
Outras (exclusões) adições permanentes, líquidas	<u>671</u>	<u>97</u>	<u>1.806</u>	<u>486</u>
Base de cálculo	-	377	(845)	3.967
Alíquota fiscal combinada - %	-	34	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(128)</u>	<u>287</u>	<u>(1.349)</u>

(\*) Refere-se a reconhecimento de imposto de renda e contribuição social na controlada Colombo Motos S.A. de R\$3.684, conforme projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Administração.

## 24. SEGUROS

Os imóveis de propriedade da Companhia estão locados à sua controlada Lojas Colombo e a terceiros, que são os responsáveis pela contratação das apólices de seguros, cujos valores globais de cobertura estão demonstrados a seguir:

Ramos	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	1.750
Compreensivo empresarial	591.508
Veículos	360

## 25. DIREITOS - CONTRATOS DE ALUGUÉIS

- a) Direitos com arrendamento mercantil operacional - Companhia do Grupo como arrendatária

O Grupo arrenda diversos pontos de varejo através de contratos de arrendamento operacional canceláveis. Os termos do arrendamento são de um, cinco e dez anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento a valores de mercado. Para rescisão destes contratos, o Grupo tem que fornecer uma notificação com antecedência mínima de 30 dias sendo que todas as despesas com arrendamento são debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis totalizaram R\$30.848 (R\$38.544 em 2017).

Os pagamentos totais mínimos previstos de arrendamento, desses contratos totalizam:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Menos de um ano	82	44
Mais de um ano e menos de cinco anos	41.376	51.326
Mais de cinco anos	19.453	19.774
	<u>60.912</u>	<u>71.144</u>

- b) Avais concedidos

A Companhia apresentou aval em empréstimos, com saldo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$9.631 pela controladora e R\$15.663 somado a Lojas Colombo e partes relacionadas pessoas físicas, tomados pela empresa do Grupo, Colombo Motos S.A.